

SUMÁRIO

Apresentação	xiii
Nota Introdutória.....	xv
Nota Introdutória à 8ª Edição	xvii
Nota Introdutória à 11ª Edição	xix
Nota Introdutória à 16ª Edição	xxi
Nota Introdutória à 17ª Edição	xxv

PRIMEIRA PARTE
TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL

Capítulo I - Direito Processual: Conceito, Denominação, Posição Enciclopédica e Evolução Científica.....	3
§ 1º Conceito de Direito Processual.....	3
§ 3º Posição Enciclopédica	7
§ 4º Evolução Científica do Direito Processual	8
Capítulo II - A Existência de uma Teoria Geral do Direito Processual.....	11
Capítulo III - Fontes, Interpretação e Aplicação no Espaço e no Tempo do Direito Processual Civil.....	15
§ 1º Fontes do Direito Processual Civil	15
§ 2º Interpretação da Lei Processual	23
2.1. Método Literal ou Gramatical	23
2.2. Método Lógico-Sistemático	24
2.3. Método Histórico	25
2.4. Método Comparativo.....	26
2.5. Método Teleológico.....	27
a) Resultado Declarativo.....	27
b) Resultado Restritivo.....	27
c) Resultado Extensivo.....	28
d) Resultado Ab-Rogante.....	28
§ 3º Integração da Lei Processual	29

§ 4º Eficácia da Lei Processual no Espaço.....	30
§ 5º Eficácia da Lei Processual no Tempo.....	32
Capítulo IV - Princípios Constitucionais do Direito Processual.....	35
§ 1º Princípio do Devido Processo Legal.....	35
§ 2º Princípio da Isonomia.....	43
§ 3º Princípio do Juiz Natural.....	45
§ 4º Princípio da Inafastabilidade do Controle Jurisdicional.....	49
§ 5º Princípio do Contraditório.....	52
§ 6º Princípio da Motivação das Decisões Judiciais.....	58
§ 7º Princípio da Tempestividade da Tutela Jurisdicional.....	60
Capítulo V - A Trilogia Estrutural do Direito Processual.....	63
Capítulo VI - Jurisdição.....	67
§ 1º As Funções do Estado e a Função Jurisdicional.....	67
§ 2º Conceito.....	70
§ 3º Características Essenciais.....	74
§ 4º Espécies de Jurisdição.....	76
§ 5º Jurisdição Voluntária.....	79
§ 6º Escopos da Jurisdição.....	82
§ 7º Tutela Jurisdicional: Conceito e Classificações.....	85
§ 8º Tutela Jurisdicional Antecipada.....	88
§ 9º Tutela Jurisdicional Específica Relativa às Obrigações de Fazer, Não Fazer e Entregar Coisa.....	91
§ 10. Competência.....	96
10.1. Conceito.....	96
10.2. Critérios de Fixação.....	97
10.3. Incompetência Absoluta e Relativa.....	102
10.4. Causas de Modificação da Competência.....	104
10.5. Declaração de Incompetência.....	107
10.6. Conflito de Competência.....	110
Capítulo VII - Ação.....	113
§ 1º Teorias sobre a Ação.....	113
§ 2º Conceito de Ação.....	118
§ 3º “Condições da Ação” ou Requisitos do Provimento Final.....	121
§ 4º Classificação da Ação.....	129
Capítulo VIII - Processo.....	131
§ 1º Teorias sobre o Processo.....	131
§ 2º Conceito e Natureza Jurídica.....	138
§ 3º Processo e Procedimento.....	140
§ 4º Sujeitos do Processo.....	142
4.1. O Estado-Juiz e o Juiz.....	142
4.2. Auxiliares da Justiça.....	147
4.3. As Partes.....	149
4.4. O Advogado.....	156
4.5. Litisconsórcio.....	159

4.6. Intervenção de Terceiros.....	176
4.6.1. Assistência	178
4.6.2. Oposição	182
4.6.3. Nomeação à Autoria.....	185
4.6.5. Chamamento ao Processo.....	202
4.6.6. Recurso de Terceiro	206
4.6.7. Alimentos e Intervenção de Terceiro	208
4.7. Ministério Público	214
4.8. <i>Amicus Curiae</i>	216
§ 5º Escopos do Processo: Instrumentalidade e Efetividade do Processo.....	221
§ 6º Classificação do Processo	223
§ 7º Objeto do Processo.....	227
§ 8º Pressupostos Processuais	231
Capítulo IX - Atos Processuais	239
§ 1º Fato, Ato e Negócio Jurídicos.....	239
§ 2º Fato Processual.....	240
§ 3º Atos do Processo e Atos Processuais	241
§ 4º Negócios Processuais.....	241
§ 5º Classificação dos Atos Processuais.....	242
§ 6º Forma dos Atos Processuais	245
§ 6º-A. Informatização dos Atos Processuais	252
§ 7º Existência, Validade e Eficácia dos Atos Processuais.....	255
§ 8º Comunicação dos Atos Processuais	262

SEGUNDA PARTE

MÓDULO PROCESSUAL DE CONHECIMENTO

Capítulo X - Cognição: Conceito, Objeto e Espécies.....	275
Capítulo XI - Formação, Suspensão e Extinção do Módulo Processual de Conhecimento..	285
§ 1º Formação do Módulo Processual de Conhecimento.....	285
§ 2º Suspensão do Processo	288
§ 3º Extinção do Módulo Processual de Conhecimento	296
Capítulo XII - Procedimento Ordinário	315
§ 1º Conceito e Cabimento.....	315
§ 2º Petição Inicial.....	317
§ 3º Resposta do Réu.....	330
3.1. Contestação.....	331
3.2. Reconvencção.....	337
3.3. Exceção	343
3.4. Impugnação ao Valor da Causa.....	346
§ 4º Providências Preliminares	347
4.1. Réplica.....	347
4.2. Especificação de Provas	348
4.3. Declaração Incidente	350

§ 5º Julgamento conforme o Estado do Processo.....	355
5.1. “Extinção do Processo”	355
5.2. Julgamento Antecipado do Mérito	357
5.3. Audiência Preliminar e Saneamento do Processo	359
§ 6º Instrução Probatória e Audiência de Instrução e Julgamento	368
Capítulo XIII - Procedimento Sumário.....	375
§ 1º Conceito e Cabimento.....	375
§ 2º Petição Inicial.....	378
§ 3º Citação e Audiência de Conciliação	379
§ 4º Resposta do Réu: Contestação e Exceção	382
§ 5º Conversão do Procedimento	383
§ 6º Instrução Probatória e Audiência de Instrução e Julgamento	385
§ 7º Inadmissibilidade de Declaração Incidental	386
§ 8º Intervenção de Terceiros no Procedimento Sumário.....	386
Capítulo XIV - Direito Probatório Teoria Geral das Provas.....	389
§ 1º Conceito de Prova	389
§ 2º Objeto da Prova.....	392
§ 3º Ônus da Prova.....	394
§ 4º Destinatários da Prova e Sistemas de Valoração.....	398
§ 5º Meios de Prova: Generalidades; Procedimento Probatório; Espécies.....	401
§ 6º Das Provas em Espécie	405
6.1. Conceito.....	405
6.2. Depoimento Pessoal	408
6.3. Confissão	409
6.4. Exibição de Documento ou Coisa.....	411
6.5. Prova Documental	412
6.6. Prova Testemunhal.....	415
6.7. Prova Pericial.....	420
6.8. Inspeção Judicial	423
Capítulo XV - Sentença.....	425
§ 1º Conceito	425
§ 2º Classificação.....	429
§ 3º Elementos Essenciais	430
§ 4º Publicação e Irretratabilidade	433
§ 5º Classificação da Sentença Definitiva	435
§ 6º Sentenças Executivas e Mandamentais.....	445
§ 6º-A. Capítulos de Sentença.....	449
§ 7º Tutela Antecipada	454
§ 8º Tutela Antecipada contra a Fazenda Pública.....	469
Capítulo XVI - Coisa Julgada.....	475
§ 1º Conceito e Natureza Jurídica	475
§ 2º Coisa Julgada Formal e Coisa Julgada Material	480
§ 2º-A. Relativização ou Desconsideração da Coisa Julgada Material	483
§ 3º Limites Objetivos da Coisa Julgada	487

§ 4º Limites Subjetivos da Coisa Julgada	490
§ 5º A Coisa Julgada nas Sentenças Determinativas.....	494
§ 6º A Coisa Julgada nas Demandas Coletivas	498
§ 7º A Coisa Julgada no Mandado de Segurança	502
§ 8º Preclusão	505
Referências Bibliográficas	513
Índice Remissivo	539

Apresentação, xii

Nota introdutória à 21ª edição, xvi

Nota introdutória à 18ª edição, xviii

Nota introdutória à 14ª edição, xx

Nota introdutória à 9ª edição, xxiv

Nota introdutória à 7ª edição, xxvi

PARTE 1 – PROCESSOS NOS TRIBUNAIS, 2

I Introdução e Noções Gerais, 4

§ 1º Introdução, 5

§ 2º Noções Gerais, 6

II Ação Rescisória, 12

§ 1º Conceito e Natureza Jurídica, 13

§ 2º Cabimento, 15

§ 3º Legitimidade, 27

§ 4º Procedimento, 28

§ 5º Prazo, 30

III Homologação de Sentença Estrangeira, 34

§ 1º Conceito e Natureza Jurídica, 35

§ 2º Procedimento, 40

IV Declaração de Inconstitucionalidade, 42

§ 1º Controle da Constitucionalidade, 43

§ 2º Incidente de Inconstitucionalidade, 44

V Uniformização de Jurisprudência, 50

§ 1º Conceito e Natureza Jurídica, 51

§ 2º Procedimento, 53

§ 3º O Mecanismo de Prevenção ou Composição de Divergência, 55

VI Recursos, 58

§ 1º Teoria Geral dos Recursos, 59

1.1 Conceito, 59

1.2 Classificação, 63

1.3 Juízo de Admissibilidade e Juízo de Mérito, 66

1.3.1 “Condições do Recurso”, 71

1.3.2 Pressupostos Recursais, 77

1.3.3 Impedimentos Recursais, 80

1.4 Efeitos dos Recursos, 82

1.5 Recurso Adesivo, 87

§ 2º Recursos em Espécie, 90

2.1 Apelação, 90

2.2 Agravo, 102

2.3 Embargos Infringentes, 114

2.4 Embargos de Declaração, 121

2.5 Recurso Ordinário para o STF e para o STJ, 125

2.6 Recurso Especial e Recurso Extraordinário, 128

2.7 Embargos de Divergência, 143

VII Da Ordem dos Processos nos Tribunais, 146

§ 1º Procedimento dos Feitos nos Tribunais, 147

§ 2º Provimentos Emanados do Relator, 151

PARTE 2 – EXECUÇÃO FORÇADA – (Módulo Processual Executivo), 157

VIII Teoria Geral da Execução, 158

§ 1º Observações Preliminares, 159

§ 2º Conceito, 160

§ 3º Princípios, 164

- 3.1 Princípio da Efetividade da Execução Forçada, 165
- 3.2 Princípio do Menor Sacrifício Possível do Executado, 166
- 3.3 Princípio do Contraditório, 167
- 3.4 Princípio do Desfecho Único, 169
- § 4º Competência, 172
- § 5º Legitimidade, 176
- § 6º Título Executivo, 184
 - 6.1 Títulos Executivos Judiciais, 189
 - 6.1.1 Sentença Civil Condenatória (art. 475-N, I), 189
 - 6.1.2 Sentença Penal Condenatória Transitada em Julgado (art. 475-N, II), 191
 - 6.1.3 Sentença Homologatória de Transação ou de Conciliação (art. 475-N, III), 194
 - 6.1.4 Sentença Arbitral (art. 475-N, IV), 196
 - 6.1.5 Decisão homologatória de acordo extrajudicial (art. 475-N, V), 197
 - 6.1.6 Sentença Estrangeira Homologada pelo STJ (art. 475-N, VI), 198
 - 6.1.7 Formal e Certidão de Partilha (art. 475-N, VII), 199
 - 6.2 Títulos Executivos Extrajudiciais, 199
 - 6.2.1 Títulos Cambiais e Cambiariformes (art. 585, I), 200
 - 6.2.2 Reconhecimento de Obrigação por Instrumento Público ou Particular (art. 585, II), 201
 - 6.2.3 Transação Extrajudicial (art. 585, II), 202
 - 6.2.4 Hipoteca, Penhor, Anticrese, Caução (art. 585, III), 203
 - 6.2.5 Seguro de Vida, 204
 - 6.2.6 Créditos Decorrentes de Foro e Laudêmio, 205
 - 6.2.7 Aluguel e Acessórios, 205
 - 6.2.8 Custas Judiciais, 208
 - 6.2.9 Dívida Ativa da Fazenda Pública, 209
 - 6.2.10 Todos os Demais Títulos a que a Lei Atribui Força Executiva, 210
- § 7º Responsabilidade Patrimonial, 215
 - 7.1 Fraude contra Credores, 218
 - 7.2 Fraude de Execução, 224
 - 7.3 Alienação de Bem Penhorado, 228

VIII-A Execução Provisória, 230

IX Liquidação de Sentença, 240

- § 1º Conceito e Natureza Jurídica, 241
- § 2º Espécies, 248

X Espécies de Execução, 256

- § 1º Execução para Entrega de Coisa, 257

- 1.1 Execução para Entrega de Coisa Certa, 258
 - 1.1.1 Fase Postulatória, 259
 - 1.1.2 Fase Instrutória, 260
 - 1.1.3 Fase Satisfativa, 261
- 1.2 Execução para Entrega de Coisa Incerta, 263
- § 2º Execução das Obrigações de Fazer e de Não Fazer, 267
 - 2.1 Execução das Obrigações de Fazer, 267
 - 2.2 Execução das Obrigações de Não Fazer, 274
 - 2.3 Meios de Coerção, 277
 - 2.4 Tutela Jurisdicional Específica das Obrigações de Emitir Declaração de Vontade, 283
- § 3º Execução por Quantia Certa contra Devedor Solvente, 294
 - 3.1 Procedimento Padrão da Execução por Quantia Certa contra Devedor Solvente, 295
 - 3.1.1 Petição Inicial, 296
 - 3.1.2 Citação e Arresto, 298
 - 3.1.3 Pagamento ou Penhora, 302
 - 3.1.4 Penhora, 304
 - 3.1.4.1 Conceito e Natureza Jurídica, 304
 - 3.1.4.2 Efeitos da Penhora, 305
 - 3.1.4.3 Bens Impenhoráveis, 310
 - 3.1.4.4 Forma de Realização da Penhora, 321
 - 3.1.4.5 Penhoras Especiais, 324
 - 3.1.5 Avaliação dos Bens Penhorados, 329
 - 3.1.6 Adjudicação, 333
 - 3.1.7 Alienação por Iniciativa Particular, 335
 - 3.1.8 Hasta Pública e Arrematação, 336
 - 3.1.9 Pagamento ao Exequente, 341
 - 3.1.9.1 Pagamento por Entrega de Dinheiro, 341
 - 3.1.9.2 Pagamento por Adjudicação, 342
 - 3.1.9.3 Pagamento por Usufruto de Móvel ou Imóvel, 343
 - 3.2 Procedimento da Execução por Quantia Certa contra Devedor Solvente Fundada em Título Judicial, 347
 - 3.3 Procedimentos Especiais da Execução por Quantia Certa contra Devedor Solvente, 350
 - 3.3.1 Processo autônomo de execução fundado em título judicial, 351
 - 3.3.2 Execução contra a Fazenda Pública, 351
 - 3.3.3 Execução de Prestação Alimentícia, 357
 - 3.3.4 Execução Fiscal, 362
- § 4º Insolvência Civil, 370
 - 4.1 Vencimento Antecipado das Dívidas, 381

- 4.2 Perda do Direito de Administração e Disposição dos Bens, 382
- 4.3 Arrecadação dos Bens Penhoráveis, 383
- 4.4 Instauração da Execução Universal, 384

XI Defesa do Executado, 398

§ 1º Embargos do Executado, 399

I – Falta ou Nulidade de Citação, 414

II – Inexigibilidade do Título, 417

III – Ilegitimidade das Partes, 419

IV – Cumulação Indevida de Execuções, 420

V – Excesso de Execução, 422

VI – Causas Impeditivas, Modificativas ou Extintivas da Obrigação, 426

VII – Incompetência, Impedimento, Suspeição, 427

VIII – Nulidade da Sentença Arbitral, 428

§ 2º Impugnação à execução fundada em título judicial, 435

§ 3º Exceção de Pré-Executividade (ou Objeção de Não Executividade), 436

XII Suspensão e Extinção do Módulo Processual Executivo, 442

§ 1º Suspensão do Módulo Processual Executivo, 443

§ 2º Extinção do Módulo Processual Executivo, 448

Referências bibliográficas, 452

Índice remissivo, 466

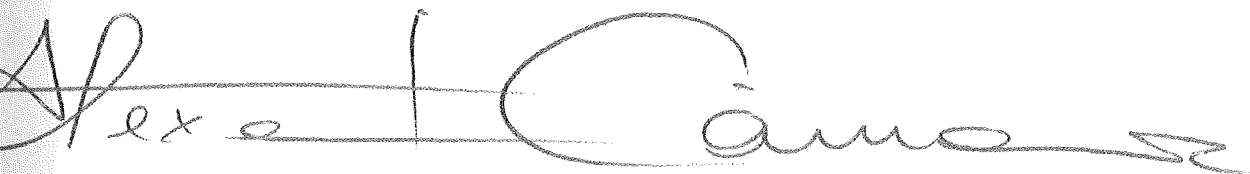
STJ00097331 - V.3

V O L U M E 3

ALEXANDRE FREITAS CÂMARA

LIÇÕES DE DIREITO
PROCESSUAL CIVIL

21^a Edição

A large, stylized handwritten signature in black ink, reading "Alexandre Câmara". The signature is written across the width of the page, with a horizontal line passing through the middle of the letters.

SÃO PAULO
EDITORA ATLAS S.A. - 2014

© 2012 by Editora Atlas S.A.

As edições anteriores são da Lumen Juris; 19. ed. 2012; 20. ed. 2013;
21. ed. 2014



Capa: Leonardo Hermano
Composição: Lino-Jato Editoração Gráfica

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Câmara, Alexandre Freitas

Lições de direito processual civil : volume 3 /
Alexandre Freitas Câmara. -- 21. ed. -- São Paulo : Atlas, 2014.

Bibliografia.

ISBN 978-85-224-8685-4

978-85-224-8686-1 (PDF)

1. Processo civil 2. Processo civil – Brasil I. Título.

12-06589

CDU-347.9

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito processual civil 347.9

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total
ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos
direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994,
de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*



Editora Atlas S.A.
Rua Conselheiro Nébias, 1384
(Campos Elísios)
01203-904 São Paulo (SP)
Tel.: (011) 3357-9144
atlas.com.br

845514

SUMÁRIO

Apresentação, xvi

Nota introdutória ao volume III, xx

Nota introdutória à 19ª edição, xxiv

Nota introdutória à 12ª edição, xxvi

Nota introdutória à 5ª edição, xxx

PARTE 1 – PROCESSO CAUTELAR, 3

PRIMEIRA SEÇÃO – Teoria Geral do Processo Cautelar, 5

I – Conceito e Noções Gerais, 6

§ 1º Conceito, 7

§ 2º “Ação cautelar”: conceito e “condições”, 10

§ 3º Processo cautelar: conceito e pressupostos, 14

§ 4º Medida cautelar: conceito, classificação, características, eficácia no tempo, 21

4.1 Conceito, 21

4.2 Classificação, 23

4.3 Características, 25

4.4 Eficácia no tempo, 33

§ 5º Desnecessidade do processo cautelar como figura autônoma, 36

II – Requisitos de Concessão da Tutela Cautelar, 38§ 1º *Fumus boni iuris*, 39§ 2º *Periculum in mora*, 42

§ 3º Colocação sistemática dos requisitos de concessão da tutela cautelar no objeto da cognição judicial, 44

III – Poder Geral de Cautela, 50

§ 1º Conceito, 51

§ 2º Limites, 54

§ 3º Forma e momento de exercício, 57

§ 4º Medidas cautelares *ex officio*, 58**IV – Competência para o Processo Cautelar, 62**

§ 1º A competência em primeiro grau de jurisdição, 63

§ 2º A competência em grau de recurso, 66

V – Procedimento Cautelar Comum, 70

§ 1º Fase postulatória, 71

§ 2º Fase instrutória, 81

§ 3º Fase decisória: sentença, coisa julgada e efetivação da medida no processo cautelar, 83

§ 4º Recursos no processo cautelar, 87

VI – Responsabilidade Processual Civil em Matéria Cautelar, 92

§ 1º Responsabilidade processual civil do requerente, 93

§ 2º Liquidação e reparação do dano, 99

SEGUNDA SEÇÃO – Procedimentos Cautelares Típicos, 103**VII – Introdução e Características Gerais, 104**

§ 1º Os procedimentos cautelares específicos, 105

§ 2º Procedimentos não cautelares incluídos no Livro III do CPC, 106

VIII – Arresto, 110

§ 1º Conceito e cabimento, 111

§ 2º Pressupostos de concessão, 114

§ 3º Comprovação dos pressupostos, 117

§ 4º Bens arrestáveis, 121

§ 5º Procedimento, 122

§ 6º Efeitos, 124

§ 7º Extinção, 127

IX – Sequestro, 130

- § 1º Conceito e cabimento, 131
- § 2º Pressupostos de concessão, 138
- § 3º Disciplina comum do arresto e do sequestro, 139
- § 4º Distinção entre arresto e sequestro, 141

X – Caução, 146

- § 1º Conceito, natureza jurídica e cabimento, 147
- § 2º Classificação, 150
- § 3º Procedimento, 152

XI – Busca e Apreensão, 160

- § 1º Conceito, natureza jurídica e cabimento, 161
- § 2º Pressupostos, 163
- § 3º Procedimento, 164
- § 4º Outras modalidades de busca e apreensão no direito brasileiro, 167

XII – Exibição, 174

- § 1º Conceito, natureza jurídica e cabimento, 175
- § 2º Classificação, 178
- § 3º Legitimidade, 182
- § 4º Procedimento da exibição contra parte, 185
- § 5º Procedimento da exibição contra terceiro, 187

XIII – Produção Antecipada de Provas, 190

- § 1º Conceito, natureza jurídica e cabimento, 191
- § 2º Oportunidade, 198
- § 3º Procedimento, 199
- § 4º Valoração da prova antecipada, 201
- § 5º Destino dos autos, 203
- § 6º Produção antecipada de prova sem natureza cautelar, 204

XIV – Alimentos Provisionais, 206

- § 1º Conceito, natureza jurídica e cabimento, 207
- § 2º Distinção entre alimentos provisionais e provisórios, 211
- § 3º Procedimento, 214
- § 4º Duração da prestação alimentar provisional, 215
- § 5º Execução, 216

XV – Arrolamento de Bens, 218

- § 1º Conceito, natureza jurídica e cabimento, 219
- § 2º Pressupostos, 223
- § 3º Objetivo, 224
- § 4º Procedimento, 224

XVI – Justificação, 228

§ 1º Conceito, natureza jurídica e cabimento, 229

§ 2º Procedimento, 231

XVII – Protestos, Notificações e Interpelações, 234

§ 1º Protesto, 235

§ 2º Notificação, 241

§ 3º Interpelação, 243

XVIII – Homologação do Penhor Legal, 246

§ 1º Penhor legal, 247

§ 2º Homologação do penhor legal: conceito e natureza jurídica, 252

§ 3º Procedimento, 254

§ 4º Sentença e execução, 259

XIX – Posse em Nome do Nascituro, 262

§ 1º Conceito e natureza jurídica, 263

§ 2º Legitimidade, 266

§ 3º Procedimento, 267

§ 4º Sentença, 268

XX – Atentado, 272

§ 1º Conceito, natureza jurídica e cabimento, 273

§ 2º Pressupostos, 278

§ 3º Legitimidade, 282

§ 4º Procedimento, 283

§ 5º Sentença e execução, 284

XXI – Protesto e Apreensão de Títulos, 290

§ 1º Conceito, natureza jurídica e cabimento, 291

§ 2º Procedimento, 293

§ 3º Apreensão do título e prisão do devedor, 295

XXII – Outras Medidas Provisionais, 300

a) Obras de conservação em coisa litigiosa ou judicialmente apreendida, 302

b) Entrega de bens de uso pessoal do cônjuge e dos filhos, 304

c) Posse provisória dos filhos, 304

d) Afastamento de menor autorizado a contrair casamento, 306

e) Depósito de incapazes castigados imoderadamente ou induzidos à prática de atos ilícitos ou imorais, 307

f) Afastamento temporário de um dos cônjuges da morada do casal, 308

g) Guarda e educação dos filhos, regulado o direito de visita, 309

h) Interdição e demolição de prédios, 310

PARTE 2 – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS, 313**PRIMEIRA SEÇÃO – Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa, 315****XXIII – Introdução e Noções Gerais, 316**

- § 1º Conceito, 317
- § 2º Técnicas de especialização dos procedimentos, 321
- § 3º Aplicação subsidiária do procedimento ordinário, 323
- § 4º Nomenclatura, 324

XXIV – Consignação em Pagamento, 326

- § 1º O pagamento por consignação, 327
- § 2º Consignação extrajudicial, 329
- § 3º Consignação judicial: natureza jurídica e competência, 333
- § 4º Procedimento da consignação judicial, 336
- § 5º Legitimidade, 340
- § 6º Consignação de prestações periódicas, 341
- § 7º Sentença, 344
- § 8º Consignação em caso de dúvida quanto à titularidade do crédito, 345
- § 9º Resgate da enfiteuse, 347
- § 10 Consignação de aluguéis e acessórios da locação, 349

XXV – Restituição da Coisa Depositada, 354

- § 1º Depósito: conceito e espécies, 355
- § 2º “Ação de depósito”: conceito, natureza jurídica e cabimento, 356
- § 3º Procedimento, 358
- § 4º Prisão civil do depositário infiel, 364
- § 5º Sentença e execução, 370

XXVI – Anulação e Substituição de Títulos ao Portador, 374

- § 1º Conceito, natureza jurídica e cabimento, 375
- § 2º Procedimento, 378
- § 3º Sentença, 382
- § 4º Substituição e destruição parcial do título, 384

XXVII – Prestação de Contas, 386

- § 1º Conceito, natureza jurídica e cabimento, 387
- § 2º “Ação de exigir contas”, 391
- § 3º “Ação de dar contas”, 398

XXVIII – Tutela da Posse, 402

- § 1º A posse e a proteção possessória, 403

- § 2º Os interditos possessórios: reintegração, manutenção e interdito proibitório: conceito, cabimento e fungibilidade, 407
- § 3º Procedimento: força nova e força velha, 410
- § 4º Medida liminar: natureza jurídica, 414
- § 5º Exceção de domínio, 418
- § 6º Natureza dúplice dos procedimentos possessórios, 422
- § 7º Sentença, 425
- § 8º Interdito proibitório, 427

XXIX – Nunciação de Obra Nova, 430

- § 1º Conceito, natureza jurídica e cabimento, 431
- § 2º Legitimidade, 433
- § 3º Embargo extrajudicial de obra, 435
- § 4º Procedimento, 436
- § 5º Embargo liminar: natureza jurídica, 438
- § 6º Prosseguimento da obra, 440
- § 7º Sentença e execução, 440

XXX – Usucapião de Imóveis, 442

- § 1º Usucapião: conceito, espécies e requisitos, 443
- § 2º Legitimidade, 447
- § 3º Procedimento, 450
- § 4º Sentença e coisa julgada, 452
- § 5º Registro de Imóveis, 454
- § 6º Usucapião especial, 455
- § 7º Usucapião como defesa, 458

XXXI – Divisão e Demarcação de Terras, 460

- § 1º Disposições gerais, 461
- § 2º “Ação de demarcação”, 466
- § 3º “Ação de divisão”, 470

XXXII – Inventário e Partilha, 474

- § 1º Disposições gerais, 475
- § 2º Natureza jurídica, 477
- § 3º Inventário negativo, 479
- § 4º Competência, 480
- § 5º Universalidade do foro da sucessão, 481
- § 6º Questões de alta indagação, 482
- § 7º Inventariante, 483
- § 8º Legitimidade, 486
- § 9º Procedimento, 487

- § 10 Partilha, 491
 - § 11 Arrolamento sumário, 494
 - § 11-A Inventário e Partilha Extrajudiciais, 495
 - § 12 Disposições comuns, 496
- XXXIII – Embargos de Terceiro, 498**
- § 1º Conceito, natureza jurídica e cabimento, 499
 - § 2º Competência, 505
 - § 3º Procedimento, 506
 - § 4º Sentença, 509
- XXXIV – Habilitação, 512**
- § 1º Conceito, natureza jurídica e cabimento, 513
 - § 2º Legitimidade, 515
 - § 3º Competência, 515
 - § 4º Procedimento, 516
 - § 5º Habilitação nos autos do processo principal, 517
- XXXV – Restauração de Autos, 518**
- § 1º Conceito, natureza jurídica e cabimento, 519
 - § 2º Legitimidade, 520
 - § 3º Competência, 521
 - § 4º Procedimento, 522
 - § 5º Sentença, 523
 - § 6º Restauração de autos no Tribunal, 524
 - § 7º Responsabilidade civil do causador do desaparecimento dos autos, 524
- XXXVI – Vendas a Crédito com Reserva de Domínio, 526**
- § 1º O contrato de compra e venda com pacto de reserva de domínio, 527
 - § 2º Procedimento da execução do preço, 530
 - § 3º Procedimento para recuperação da coisa vendida, 531
- XXXVII – Procedimento Monitório, 534**
- § 1º Conceito, natureza jurídica e cabimento, 535
 - § 2º Espécies de procedimento monitorio, 549
 - § 3º Cognição sumária e inversão de iniciativa do contraditório, 550
 - § 4º Procedimento, 554
 - § 5º Provimento inicial e mandado monitorio, 558
 - § 6º Embargos, 563
 - § 7º Sentença, recursos e coisa julgada, 567
 - § 8º Execução, 572

XXXVII-A – Procedimentos do CPC/1939 ainda em vigor, 576

- § 1º Os procedimentos especiais do CPC/1939 mantidos em vigor pelo Código atual, 577
- § 2º Da Dissolução e liquidação das sociedades, 578
- § 3º Do Dinheiro a risco, 582
- § 4º Da vistoria de fazendas avariadas, 583
- § 5º Da apreensão de embarcações, 584
- § 6º Da Avaria a cargo do segurador, 584
- § 7º Das avarias, 585
- § 8º Da arribada forçada, 586

SEGUNDA SEÇÃO – Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária, 589**XXXVIII – Noções Gerais, 590**

- § 1º Jurisdição voluntária, 591
- § 2º Procedimento comum, 593

XXXIX – Alienação Judicial, 598

- § 1º Conceito, natureza jurídica e cabimento, 599
- § 2º Procedimento, 600
- § 3º Extinção de condomínio, 601

XL – Separação Consensual, 604

- § 1º Conceito e natureza jurídica. Sobrevivência do instituto após a Emenda Constitucional nº 66, 605
- § 2º Requisitos, 607
- § 3º Procedimento, 608
- § 4º Sentença, 611
- § 5º Reconciliação do casal, 611

XLI – Cumprimento de Disposição de Última Vontade, 612

- § 1º Testamentos e codicilos, 613
- § 2º Conceito e natureza jurídica, 614
- § 3º Competência, 615
- § 4º Procedimento, 615
- § 5º Sentença, 618

XLII – Arrecadação de Herança Jacente, 620

- § 1º Herança jacente, 621
- § 2º Competência, 622
- § 3º Legitimidade, 623
- § 4º Procedimento, 623
- § 5º Administração da herança jacente, 626
- § 6º Declaração de vacância, 627

XLIII – Arrecadação dos Bens dos Ausentes, 628

- § 1º Ausência, 629
- § 2º Pressupostos, 630
- § 3º Competência, 630
- § 4º Procedimento, 631
- § 5º Conversão da sucessão provisória em definitiva, 633

XLIV – Arrecadação das Coisas Vagas, 634

- § 1º Conceito e natureza jurídica, 635
- § 2º Legitimidade, 636
- § 3º Competência, 636
- § 4º Procedimento, 637

XLV – Curatela dos Interditos, 640

- § 1º Interdição: conceito e natureza jurídica, 641
- § 2º Legitimidade, 642
- § 3º Competência, 643
- § 4º Procedimento, 644
- § 5º Sentença, 645
- § 6º Levantamento da interdição, 647
- § 7º Curador: investidura e remoção, 647
- § 8º Disposições comuns à tutela e à curatela, 648

XLVI – Organização e Fiscalização das Fundações, 650

- § 1º Fundações, 651
- § 2º Procedimento para instituição de fundações, 652
- § 3º Estatutos: elaboração e alteração, 652
- § 4º Extinção das fundações, 653

XLVII – Especialização da Hipoteca Legal, 654

- § 1º Hipoteca legal, 655
- § 2º Conceito e natureza jurídica, 656
- § 3º Competência, 656
- § 4º Legitimidade, 657
- § 5º Procedimento, 657
- § 6º Insuficiência de bens, 658
- § 7º Sentença, 658

Referências bibliográficas, 660

Índice remissivo, 672